



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CNPJ nº 05.805.924/0001-89
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º: 13/2016

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO (licitações-e)

PROCESSO Nº: 5969/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

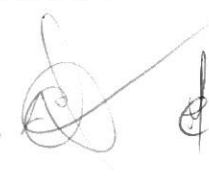
Aos 17 dias do mês de Abril do ano de 2016, na PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Sala da Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada no Edifício-sede, localizado na Rua Álvaro Mendes 2294, centro, CEP: 64000-060, Teresina-PI, 1º andar, o Pregoeiro, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002, e dos Decretos Estaduais Nº 11.346/04 e Nº 11.319/04 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 13/2016, do resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicada no Diário da Justiça do Estado do Piauí e homologada pelo Procurador-Geral de Justiça, à fl. ____ do processo acima referenciado, RESOLVE registrar preços para a eventual contratação de empresa para **aquisição de equipamentos de segurança, nas quantidades e com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I)** do sobredito Edital, na modalidade Pregão Eletrônico, para atender ao MP/PI, conforme consta do apêndice I desta ata, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada e declarada vencedora no certame acima numerado, como segue:

FORNECEDOR REGISTRADO:

André Gomes de Castro Neto - EPP
CNPJ Nº 18.535.079/0001-10 IE: 142.611.978.116
Endereço: Rua São Bento, nº 45, 2º andar, Loja 208, Bairro Centro, São Paulo/SP
CEP: 01.011-000
Representante: André Gomes de Castro Neto. RG Nº 11.073.999-1-SSP-SP CPF Nº 040.078.448-36
Telefones: (11) 3333-1096 E-mail: spsecurity@spsecurity.com.br

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Eventual contratação de empresa para aquisição de equipamentos de segurança para atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Piauí (MPE-PI), nas quantidades e

Raimundo Neto 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CNPJ nº 05.805.924/0001-89
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

com as especificações e preços do Anexo I desta Ata e Edital de Licitação do Pregão Eletrônico 13/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.5 O preço registrado, depois de atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

2.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.7. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

3.1 As penalidades aplicáveis são as mesmas que estão previstas no item 15 do Termo de Referência (anexo I).

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí.

4.2. Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Edital de Licitação nº 13/2016 – modalidade Pregão Eletrônico.

4.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Licitação nº 13/2016 – modalidade Pregão Eletrônico, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 13/2016, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, a qual também a integra.

4.5. Caberá a Coordenadoria de Licitações e Contratos do MP/PI o gerenciamento deste

Raimundo Neto



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CNPJ nº 05.805.924/0001-89
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

instrumento, em conformidade com as normas do Decreto Estadual nº 11.346/2004.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 O local e prazo de entrega para entrega e instalação dos objetos estão previstos no item 3 do Termo de Referência (anexo I do edital).

CLÁUSULA SEXTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DO EMPENHO

6.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, conforme a necessidade, pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

6.2. A emissão dos empenhos, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

6.3. As solicitações para adesão à Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

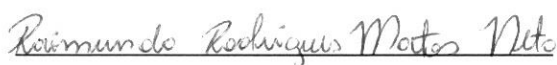
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Integram esta Ata, o Edital de Licitação nº 13/2016, modalidade Pregão Eletrônico e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s): **André Gomes de Castro Neto - EPP**, CNPJ Nº 18.535.079/0001-10, classificada no certame supra numerado.

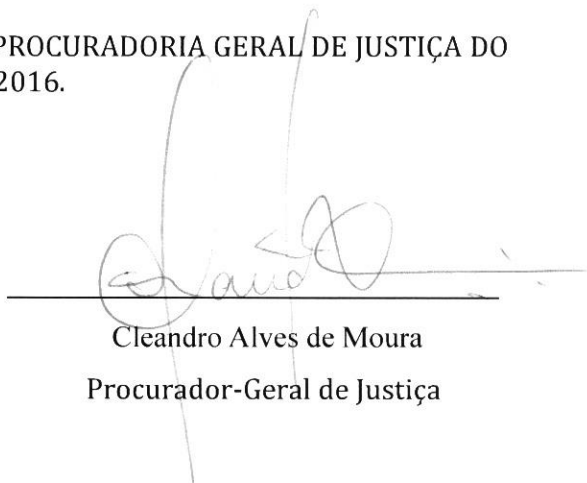
CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Fica eleito o foro de Teresina – PI para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

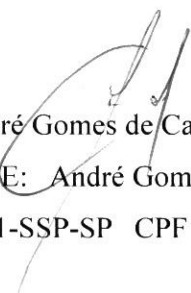
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 11 de ABRIL de 2016.



Raimundo Rodrigues Matos Neto
Pregoeiro do MP -PI



Cleandro Alves de Moura
Procurador-Geral de Justiça


EMPRESA: André Gomes de Castro Neto. - EPP
REPRESENTANTE: André Gomes de Castro Neto
RG Nº 11.073.999-1-SSP-SP CPF Nº 040.078.448-36



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CNPJ nº 05.805.924/0001-89
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

LOTE II					
Empresa Vencedora: André Gomes de Castro Neto - EPP CNPJ Nº 18.535.079/0001-10 IE: 142.611.978.116 Endereço: Rua São Bento, nº 45, 2º andar, Loja 208, Bairro Centro, São Paulo/SP CEP: 01.011-000 Representante: André Gomes de Castro Neto. RG Nº 11.073.999-1-SSP-SP CPF Nº 040.078.448-36 Telefones: (11) 3333-1096 E-mail: spsecurity@spsecurity.com.br					
ITEM	DETALHAMENTO	MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Câmera externa digital com infravermelho, lente e proteção. • Sensor de imagem 1/3, CMOS, Colorido. • Linhas horizontais: 960H. • Resolução efetiva nominal: 960 x 480. • -Proteção IP66, a prova d'água para uso externo. • Lente de 3,6 mm. • No mínimo 30 leds, infravermelho, para visão noturna. • Alcance mínimo de 30m. • Modo Dia / Noite. • Compensação de luz de fundo. • Proteção IP66. • Taxa de frames: 1~30FPS. • Imagem em HD.	Pç	80	250,00	20.000,00

Raimundo Neto



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CNPJ nº 05.805.924/0001-89
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	• Marca: Intelbras. Modelo: VM3130IR. Procedência: Nacional.				
VALOR TOTAL DO LOTE EM R\$					20.000,00

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 17 de Ago de 2016.

Raimundo Rodrigues Matos Neto

Raimundo Rodrigues Matos Neto
Pregoeiro do MP -PI

Cleandro Alves de Moura

Cleandro Alves de Moura
Procurador-Geral de Justiça

André Gomes de Castro Neto
EMPRESA: André Gomes de Castro Neto. - EPP
REPRESENTANTE: André Gomes de Castro Neto
RG Nº 11.073.999-1-SSP-SP CPF Nº 040.078.448-36



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XXXVIII - Nº 8044 Disponibilização: Sexta-feira, 19 de Agosto de 2016 Publicação: Segunda-feira, 22 de Agosto de 2016

	HD para gravação de câmeras de segurança. Utilização standalone. Exibição e gravação de imagens em tempo real. Gravação por detecção de movimento. Reprodução de imagens gravadas. Possibilidade de backup de dados gravados Acesso remoto. Gerenciamento por interface web; com aplicativo para monitoramento por telefone celular. Acessos por aplicativos: iPhone, iPad, Android, Windows Phone. Monitoramento através de browser compatível IE / Chrome / Firefox Windows 7 / 8 (32 e 64 bits). Alimentação 220V. Suporte para até 32 câmeras. Conectividade: porta vga, hdmi, usb, rj45 (fast ethernet); padrão de vídeo ntsc; resolução em hd: 1920 x 1080. Armazenamento em hd sata de no mínimo 2 TB. Marca: Intelbras. Modelo: 1032.				
4	HD Externo 2TB ou superior. Interface: SATA de 6,0 Gbit/s. Velocidade de Rotação: 7200 rpm Tamanho da memória intermediária: 64MB. Dimensões: 147 x 101,6 x 26,1mm. Marca: Seagate. Modelo: STEA2000400.	Pç	20	460,00	9.200,00
VALOR TORAL DO LOTE EM R\$					37.000,00

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - Teresina, 19 de agosto de 2016.

Cleandro Alves de Moura - Procurador-Geral de Justiça.

14.3. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016 - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PARCIAL

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PARCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5969/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2016

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta pelo SRP

TIPO DE LICITAÇÃO: menor preço

ADJUDICAÇÃO: por lote

OBJETO: Eventual aquisição de equipamentos de segurança para atender às necessidades do MPE-PI, nas quantidades e com especificações e preços do Anexo I desta Ata e Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 13/2016.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA: 28/06/2016

HORÁRIO: 09:00 horas;

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 05/08/2016

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/08/2016

DATA DA ASSINATURA DA ATA: 17/08/2016

PREGOEIRO: Raimundo Rodrigues Matos Neto

COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EM EXERCÍCIO: Elis Marina Luz Carvalho

ANEXO I

LOTE II					
Empresa Vencedora: André Gomes de Castro Neto - EPP CNPJ Nº 18.535.079/0001-10 IE: 142.611.978.116 Endereço: Rua São Bento, nº 45, 2º andar, Loja 208, Bairro Centro, São Paulo/SP CEP: 01.011-000 Representante: André Gomes de Castro Neto. RG Nº 11.073.999-1-SSP-SP CPF Nº 040.078.448-36 Telefones: (11) 3333-1096 E-mail: spsecurity@spsecurity.com.br					
ITEM	DETALHAMENTO	MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Câmera externa digital com infravermelho, lente e proteção.	Pç	80	250,00	20.000,00



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XXXVIII - Nº 8044 Disponibilização: Sexta-feira, 19 de Agosto de 2016 Publicação: Segunda-feira, 22 de Agosto de 2016

	Sensor de imagem 1/3, CMOS, Colorido. Linhas horizontais: 960H. Resolução efetiva nominal: 960 x 480. -Proteção IP66, a prova d'água para uso externo. Lente de 3,6 mm. No mínimo 30 leds, infravermelho, para visão noturna. Alcance mínimo de 30m. Modo Dia / Noite. Compensação de luz de fundo. Proteção IP66. Taxa de frames: 1~30FPS. Imagem em HD. Marca: Intelbras. Modelo: VM3130IR. Procedência: Nacional.				
VALOR TOTAL DO LOTE EM R\$					20.000,00

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - Teresina, 19 de agosto de 2016.
Cleandro Alves de Moura - Procurador-Geral de Justiça.

14.4. EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 33/2016

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2016

- a) Espécie:** Contrato nº 33/2016, firmado em 03 de agosto de 2016, entre a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí- CNPJ 05.805.924/0001-89 e a empresa FORTEL FORTALEZA COMUNICAÇÕES - LTDA/EPP- CNPJ nº 06.809.941-0001/57;
- b) Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Circuito de Dados, MPLS para o MP-PI, de acordo com as especificações, quantitativos e localidades previstas no Anexo I deste instrumento e no aceite da CONTRATADA;
- c) Fundamento Legal:** Lei 8.666/93;
- d) Processo Administrativo:** nº. 11338/2016;
- e) Processo Licitatório:** Adesão nº 05/2016;
- f) Vigência:** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- g) Valor:** O valor total da contratação é de R\$ 1.120.320,00 (um milhão, cento e vinte mil, trezentos e vinte reais);
- h) Cobertura orçamentária:** Natureza da Despesa: 3.3.90.39; Projeto/Atividade: 2400; Fonte de Recursos: 00; Nota de Empenho: 968/2016;
- i) Signatários:** pela contratada: Ana Stella de Oliveira Costa, inscrito no CPF sob o nº 293.431.003-53, e **contratante**, Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça.
Teresina, 19 de agosto de 2016.

14.5. ATO PGJ Nº 613/2016

Regulamenta o procedimento para a movimentação de servidores entre as Unidades Administrativas do Ministério Público do Estado do Piauí.
O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí),

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos de movimentação de servidores deste Ministério Público, nos termos do art. 15 da Lei Ordinária Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012 (Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí);

CONSIDERANDO a política institucional de valorização dos recursos humanos desta Instituição, por meio da adoção de critérios objetivos para orientar as movimentações no âmbito de seu quadro de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de oportunizar aos servidores lotados no interior do Estado a remoção para outras Unidades Ministeriais antes do provimento destas por meio de novas nomeações,

RESOLVE:

Regulamentar o procedimento para a movimentação de servidores efetivos entre as unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Piauí, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DA MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

Art. 1º A movimentação dos servidores no âmbito das unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Piauí será voluntária ou de ofício.

§ 1º São hipóteses de movimentação voluntária:

I - por concurso de remoção a ser realizado entre os servidores, o qual obrigatoriamente precederá a lotação de servidores aprovados em concurso público para o quadro de pessoal do Ministério Público;

II - por permuta entre dois servidores estáveis da mesma carreira do quadro de pessoal do Ministério Público;

III - a pedido, a critério da Administração, mediante decisão fundamentada;

IV - a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos previstos em lei.

§2º A remoção será de ofício quando, no interesse da Administração, o servidor for removido para outra Unidade Administrativa, mediante ato motivado do Procurador-Geral de Justiça, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 2º Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Piauí e apenas será concedida ao servidor que estiver no efetivo exercício de suas funções.

§1º A remoção a pedido depende da existência de vagas e ocorrerá por meio de concurso interno, observadas as normas do presente Ato e do respectivo edital.

§2º Quando a remoção for entre unidades do Ministério Público de municípios diferentes, o servidor terá o prazo de, no mínimo, 10 (dez) e, no